

Análise dos Valores Presentes no Processo de Tombamento de Bens Imóveis da Praça Dr. Senra em Pedro Leopoldo – MG

*Mariana Alves Madureira**

Resumo:

As relações com o patrimônio se tornam cada vez mais complexas considerando que os espaços e os bens são múltiplos, e os valores atribuídos aos mesmos cada vez mais relativos. Qual a importância de casarões ecléticos construídos e habitados pelos fundadores de uma cidade? Qual a relevância de uma praça arborizada, ventilada e iluminada por um entorno sem prédios? Qual é o preço da preservação? E o do progresso? Buscou-se analisar algumas destas perguntas e suas possíveis respostas sob o ponto de vista de atores envolvidos em um conflito específico: o processo de tombamento dos casarões da Praça Dr. Senra, em uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. O estudo de caso ilustra a recorrente situação de tensão presente em tomadas de decisão sobre o patrimônio nas quais há concepções sobre o que seja um patrimônio e interesses divergentes.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Valores. Políticas Públicas. Pedro Leopoldo (MG).

AN ANALYSIS OF THE VALUES FOUND IN THE PROTECTION PROCESS OF HOUSES ON DR. SENRA SQUARE IN PEDRO LEOPOLDO - MG

Abstract:

Agreements between shareholders of a cultural heritage are becoming more difficult considering that the spaces and the goods are multiple and the values assigned to them are increasingly relative. What is the importance of eclectic houses built and inhabited by the founders of a city? What is the relevance of a leafy square, ventilated and clean, in an environment free of skyscrapers? How much does preservation cost? And how much does the progress? We attempted to analyze some of these questions and their possible responses from the point of view of people involved in a particular conflict: the protection process of the houses in the square called Dr. Senra, in a town which is part of the metropolitan area of Belo Horizonte. The case study illustrates the recurring situation of tension in this kind of decision-making process, in which the conceptions of what is a cultural heritage and what are the common interests are quite antagonistic.

Keywords: Historical Heritage. Values. Public Policy. Pedro Leopoldo (MG).

ANÁLISIS DE LOS VALORES PRESENTES EN LO PROCESO DE TUMBAMIENTO (CULTURAL) DE BIENES INMÓVILES DE LA PLAZA DR. SENRA EM PEDRO LEOPOLDO-MG

Resumen:

Las relaciones con el patrimonio se tornan compleja/ considerando que los espacios y los bienes son múltiples y los valores atribuidos a los mismos, cada vez más relativos. Cual es la importancia de los caserones ecléticos construidos y habitados por los fundadores de una ciudad? Cual es la relevancia de una plaza arbolada, ventilada e iluminada por un ambiente sin edificios? Cual es el precio de la preservación? Y de lo progreso? Se procuró analizar algunas de estas preguntas y sus posibles respuestas en relación al que piensa los autores envueltos en un conflicto específico: el progreso de inventariamiento de los caserones de la Plaza Dr. Senra, en una ciudad de la región metropolitana de Belo Horizonte. El estudio de caso dibuja la situación de tensión presente en las decisiones acerca del patrimonio en las cuales tienen concepciones acerca del que sea un patrimonio e interés divergente.

Palabras-clave: Patrimonio cultural. Valores. Políticas públicas. Pedro Leopoldo.

* Mestre em História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo pela Universidade de São Paulo. E-mail: marianamadureira@usp.br / mariana@raizes.tur.br.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é discutir as tensões existentes nos processos de valoração de bens enquanto patrimônios culturais coletivos. Pretende-se analisar a quem compete essa tarefa, quais são os valores presentes e, sobretudo, como ocorrem os processos de decisão considerando a multiplicidade dos atores e interesses envolvidos.

A escolha do objeto (Praça Dr. Senra, em Pedro Leopoldo) se deu pelo fácil acesso aos dados, uma vez que houve participação da autora deste artigo no processo de tentativa de tombamento dos imóveis, já que, na ocasião, ocupava os cargos de Supervisora de Turismo da Prefeitura Municipal, presidente do Conselho Municipal de Turismo e Diretora de Marketing da Associação do Circuito Turístico das Grutas.

Essa proximidade com o objeto e os atores envolvidos nesse processo possibilitou uma análise do contexto em que a proposta de tombamento foi realizada e dos motivos que a tornaram alvo de uma disputa simbólica e conceitual.

Nesse artigo apresentaremos o percurso desse processo de tombamento específico. Iniciando com uma breve contextualização da cidade e seus tombamentos anteriores, passando pela apresentação dos bens envolvidos nas discussões (os 5 casarões) e analisando o processo de construção do dossiê e da proposta de tombamento, a composição do Conselho Municipal de Patrimônio, a participação de outros atores na tomada de decisão (técnicos, proprietários, prefeito e população) e o desfecho desse processo. O que se busca, em cada uma dessas etapas, é compreender como esse estudo de caso específico pode ser emblemático e representativo de práticas corriqueiras das políticas de preservação no interior do país.

2 PATRIMÔNIO EM PEDRO LEOPOLDO

O município de Pedro Leopoldo possui quase 60.000 habitantes (IBGE, 2010) e encontra-se no vetor norte de Belo Horizonte, a 40 km da capital mineira e apenas 8 km do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

A economia local é baseada no extrativismo e na indústria cimenteira (Holcim e Camargo Correia), além de indústria alimentícia, metalúrgica e têxtil. O calcário, elemento abundante na região, é um dos maiores conflitos de interesse, pois detém o potencial

econômico (cimento e pedra lagoa santa) e o potencial histórico-científico: os vestígios da pré-história¹.

Ao norte do município, o povoado da Quinta do Sumidouro (distrito de Fidalgo) possui um patrimônio exuberante. Este patrimônio é tanto natural (está inserido na APA² Carste de Lagoa Santa e no Parque Estadual do Sumidouro), quanto histórico (imóveis da época de ocupação de Fernão Dias e sua bandeira), arqueológico (fósseis humanos, entre eles o mais antigo das Américas – Luzia, fósseis de animais e pinturas rupestres), artístico (imagens sacras da Capela do Rosário) e cultural (congado, candomblé, entre outros).

Diferente do distrito de Fidalgo, que tem ocupação pré-histórica e colonial, a cidade tem uma história mais recente. Apesar de haver registros da existência de fazendas e propriedades rurais particulares já em 1702, provavelmente como pontos de pouso e abastecimento para os fluxos oriundos da mineração do ouro, foi apenas no final do século XIX que uma vida urbana começou a se desenvolver. O principal responsável por este desenvolvimento foi Antônio Alves, que, em 1890, adquiriu as terras onde se encontra a Cachoeira Grande e instalou ali uma indústria têxtil inaugurada em 1895. No mesmo ano foi inaugurada a Estação Ferroviária cujo nome, tal qual o povoado, seria Cachoeira Grande, se o engenheiro responsável pela obra, Dr. Pedro Leopoldo, não houvesse falecido um ano antes. A homenagem que deu nome à estação, poucos anos depois, deu nome à cidade.

Em 1918, o governo federal instala em Pedro Leopoldo a Fazenda Modelo, um espaço agrícola com arquitetura inglesa e modelo de gestão inovador. Foi uma importante iniciativa para o fomento da agropecuária e crescimento da cidade.

Nos primeiros anos do século XX,

[...] os chefes políticos locais, entre os quais *Romero de Carvalho, Ottoni Alves Ferreira, Amando Belisário Filho* e *José Belisário Viana*, conseguiram a elevação de Pedro Leopoldo a distrito de Santa Luzia, pois até então, a região era freguesia de Matozinhos. A partir de então, estes mesmos políticos irão buscar a emancipação definitiva de Pedro Leopoldo, mesmo que às custas do próprio erário.

¹ O calcário, por suas características químicas, é um dos minerais com maior capacidade de conservação de resíduos orgânicos. Por esse motivo os grandes achados arqueológicos e paleontológicos se dão frequentemente em regiões cársticas. Além dessa característica, colabora para concentração de fósseis, pinturas e objetos nessas regiões o fato de que nossos antepassados e muitos animais usavam as cavernas como abrigo.

² Área de proteção ambiental

(Processo de tombamento do imóvel de Clea Almeida de Carvalho, 2007).(Grifo nosso)

A cidade se emancipou em 27 de janeiro de 1924. Até a década de 1950 sua economia se baseou principalmente na agropecuária. Este quadro muda com a chegada da cimenteira Cauê em 1956 e da Ciminas em 1974.

A cidade cresceu muito com as diversas indústrias que se instalaram na região e atualmente continua a crescer com a priorização do vetor norte pelo governo estadual.

Com a finalidade de preservar os bens, a memória e a identidade do povo e do lugar, houve algumas medidas de proteção. A principal delas, os tombamentos.

Há no município três tombamentos realizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG): Casa Fernão Dias (1976), Conjunto da Capela Nossa Senhora do Rosário, incluindo as imagens (1976) e o Conjunto Paisagístico e Arqueológico da Lagoa do Sumidouro (1977).



Figura 1 - Capela Nossa Senhora do Rosário (2006)
Fonte: Gerência Municipal de Turismo e Artesanato



Figura 2 - Lagoa do Sumidouro (2006)
Fonte: Gerência Municipal de Turismo e Artesanato

Municipalmente foram tombados o conjunto da Praça da Estação (2002) e as Casas do Quadro (Rua Nossa Senhora da Saúde e Rua São Paulo), a Casa de Máquinas e a Casa de Força da Fábrica de Tecidos (1999), todos em referência à fundação da cidade. Tombou-se também a Estação Ferroviária de Dr. Lund e a Imagem de São Benedito (2003).

Na maioria das cidades históricas, optou-se pela preservação dos bens da classe dominante. Segundo Funari (2001, p. 28), houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários.” Em Pedro Leopoldo o processo iniciou-se pelas avessas tombando primeiramente as casas dos funcionários da fábrica de tecidos (tombamento do Quadro em 1999), e apenas 7 anos mais tarde surgindo a proposta de tombamento dos casarões que pertenceram à elite que fundou a cidade.



Figura 3 - Estação Ferroviária no início do século XX
Fonte: Martins (2005)



Figura 4 - Fábrica de Tecidos no início do séc. XX
Fonte: Martins (2005)

3 OS CASARÕES DA PRAÇA DR. SENRA

A Praça Dr. Senra foi o local escolhido pela elite fundadora da cidade para se instalar no final do século XIX e início do século XX. Seus casarões contam a história das famílias que, da administração da Fábrica de Tecidos, passaram à administração da cidade, sendo responsáveis por sua emancipação e por seus mais importantes feitos.

Concedida que foi a emancipação, os políticos locais, o Sr. Ottoni Alves e Romero Carvalho, puseram mão à obra, e os competentes conhecimentos da urbanização de cidades européias, do grande amigo do povo em geral, Dr. Jose Maria Moreira Senra, constituiu-se em fator imprescindível na orientação da delineação das ruas, construções e localização da escola, igreja, cemitério e demais serviços, como até os mais difíceis, como a drenagem de inúmeras lagoas e brejos, naquele tempo existentes na localidade. O seu nome dado à praça foi, como se vê, justa e merecida homenagem (FERREIRA, 1999, p.29).

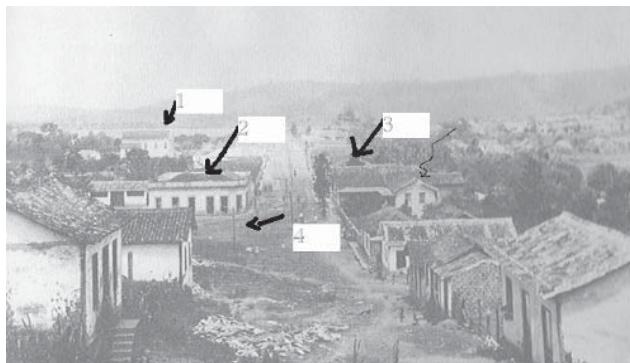


Figura 5 - Praça Dr. Senra nos anos 30
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Caetano Carvalho p.24

Legenda:

1. Capela Nossa Senhora da Conceição, primeiro templo da cidade.
2. Armazém Alves e Carvalho, mais tarde Batista e Carvalho.
3. Casa de Romero de Carvalho, com partido ainda em T.
4. Largo da Praça Dr. Senra, nos tempos em que as mulas puxavam o bonde.

As principais famílias a ocupar a região foram as famílias Carvalho e Alves, mais tarde unidas pelo casamento entre filhos de Romero Carvalho e Antônio Alves. Os herdeiros dos iniciais grandes lotes de terra foram desmembrando e construindo casas próximas às de seus pais, ocupando a maior parte da praça.

3.1 CASA DE ROMERO CARVALHO

RUA COMENDADOR ANTÔNIO ALVES, 146. PRAÇA DR. SENRA.

O casarão foi construído por Romero de Azevedo de Carvalho no início do século XX. Romero Carvalho, guardador de livros da Fábrica de Tecidos, possuía um armazém quase em frente à sua residência. Com a emancipação política em 1924, tornou-se o primeiro prefeito de Pedro Leopoldo.

Romero morou no casarão com os treze filhos, dos quais a maioria se mudou posteriormente para as imediações do casarão. Segundo o processo de tombamento,

Helpa casada com *Cristiano Otoni*, cuja casa, considerada um dos mais belos exemplares da arquitetura de Pedro Leopoldo, foi demolida para dar lugar a um edifício misto comercial e residencial, Edifício Dona Glória Belisário. Ilda, casada com *Sô Lopes (Hermínio)*, cuja residência, construída logo ao lado da residência do pai, foi recentemente demolida. Caetano, casado em primeiras núpcias com *Susana Passos* e depois com a irmã dela, *Maria Auxiliadora*, construiu sua casa residencial a poucos metros da casa do pai. José (Dr. Zezé), casado em primeiras núpcias com *Dona Lucy* e após ficar viúvo, em segundas núpcias com *D. Edicionina*, construiu ao lado da irmã Ilda, um sobrado digno da arquitetura da década de 40. Maurício, casado com *D. Pretinha*, mora na Rua Roberto Belisário, cujos fundos do terreno limitava com os terrenos do pai e irmãos. Romero de Carvalho Filho, casado com *Dona Francisca (Chiquita)* estabeleceu-se na esquina das Ruas Comendador Antônio Alves e Roberto Belisário. Rubens, casado com *Dona Nair Belisário*, além de outros imóveis nas imediações era proprietário do imóvel

aos fundos do casarão do pai. Rui, casado com *Elisa Alves Carvalho*, a *D. Zazá*, tinha duas propriedades nas imediações que ainda pertencem a família, uma ao lado do pai e uma na praça Dr. Senra número 55, ao lado da irmã *Helfa*. Antônio (*Tunico*), casado com *D. Cléa*, recebeu parte da casa do pai como herança e comprou as partes dos irmãos, conforme consta nas certidões do cartório de registro de imóveis.

Dessa forma, a família Carvalho apropriou-se da maior parte da praça.

O casarão, construído em 1913 em estilo eclético, possui entrada na varanda lateral, porão alto vazado, é construído em alvenaria de tijolos e possui telhado de quatro águas. Possuía pátio em “L”, posteriormente destruído para a construção da casa da filha *Ilda*. A fachada e a divisão de cômodos permanecem como construídos por *Romero*, tendo como relevantes alterações apenas um barracão construído ao fundo e algumas mudanças no escritório. O banheiro azulejado em preto e rosa com banheira da época é um dos cômodos mais interessantes.

A proposta técnica tomba o imóvel como um todo, uma vez que suas características internas justificam, excluindo somente o barracão que deverá dar lugar a um jardim, caso venha a ser suprimido. Além da bela arquitetura da casa, a importância de seu proprietário para a história da cidade justifica o processo.



Figura 6 - Casa de Romero Carvalho nos anos 30
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de tombamento: Imóvel de Romero de Carvalho p.18



Figura 7 - Dona Cléa e Dr. Tunico na fachada lateral do Casarão [1930]

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de tombamento: Imóvel de Caetano Carvalho p.25



Figura 8 - Casarão em 2006

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de tombamento: Imóvel de Romero de Carvalho p.18

3.2 CASA DE CAETANO

RUA COMENDADOR ANTÔNIO ALVES, 186. PRAÇA DR. SENRA.

O casarão foi construído por *Caetano de Azevedo de Carvalho* na década de 1940. *Caetano* é um dos treze filhos de *Romero* e, como o pai, foi prefeito municipal – entre 1963 e 1967. Acredita-se que os arquitetos responsáveis pela construção da casa tenham sido *Romeo* e *Romolo de Paoli*, os mesmos da casa de *D. Chiquita* e *D. Zazá* (suas cunhadas).

Caetano fazia parte da família *Carvalho* que, assim como as famílias *Alves* e *Belisário*, mudou-se para *Pedro Leopoldo* para trabalhar na administração da fábrica de tecidos. Todo quarteirão (incluindo quatro casarões do processo de tombamento que estamos apresentando neste artigo) fazia parte da *Varginha*, terras de *Romero de Carvalho*.

A edificação, segundo os técnicos responsáveis pelo processo, tem estilo eclético com influências art-nouveau (floreiras imitando madeira) e missões (aduelas,

arcos e recortes frontais). A casa é rica em detalhes, com textura em estuque, grades decoradas, colunas de capitel eclético e arcos intercalados (plenos e curvos).

Mesmo possuindo tetos decorados com argamassa, nicho para oratório, porta com caixilho de vidro dividindo a “parte social” e a “parte íntima” da casa, entre outras especificidades interessantes, a proposta apresentada pelos técnicos sugere apenas o tombamento da fachada, uma vez que barracões foram construídos no fundo da casa, além de outras reformas e alterações – entre elas o desmembramento que tornou o piso superior independente.



Figura 9 - Vista frontal da casa
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Caetano Carvalho p.48

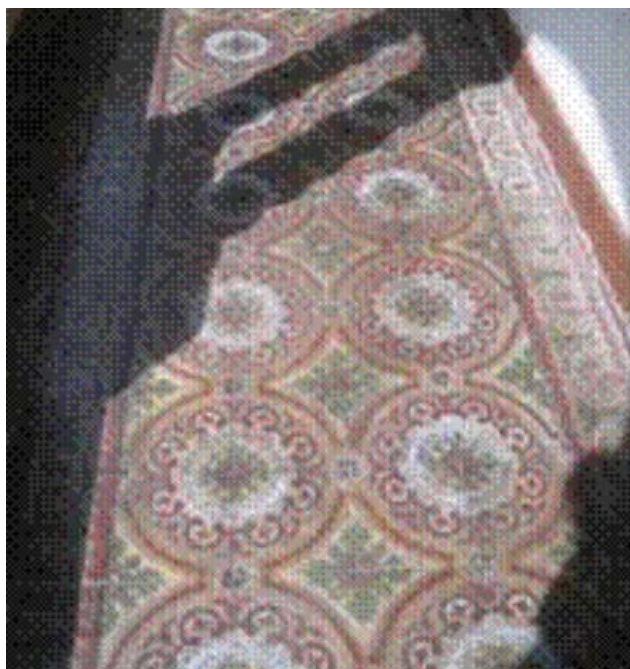


Figura 10 - Detalhe do piso
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Caetano Carvalho p.51

3.3 CASA DE DONA CHIQUITO RUA COMENDADOR ANTÔNIO ALVES, 196. PRAÇA DR. SENRA.

Dona Francisca Alves Carvalho, esposa de Romero de Carvalho Filho, morava ao lado do cunhado, Caetano Carvalho, em uma casa de esquina. Francisca era filha de Ottoni Alves, gerente da fábrica e sócio de Romero Carvalho (seu sogro) em um armazém na Praça Dr. Senra chamado Armazém Alves e Carvalho.

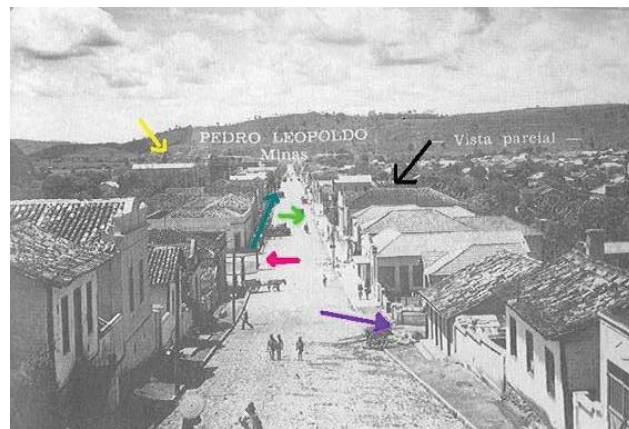


Figura 11 - Foto do início da década de 1940
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Casa de Romero de Azevedo Carvalho Filho e Francisca Alves p. 8

Legenda:

- **A seta preta:** Casarão de Dr. Tunico. Nos fundos do casarão percebe-se a vegetação que dá uma dimensão do que era a propriedade da Varginha.
- **A seta azul:** indica a estrada que leva ao atual bairro São Geraldo e dá acesso também ao Bairro Triângulo e Alípio Romanelli, na época, grande parte destas terras eram de propriedade de Ottoni Alves e família.
- **A seta rosa:** indica a Praça Dr. Senra.
- **A seta amarela:** aponta a atual igreja matriz, na época em construção.
- **A seta verde escura:** indica as propriedades de Romero de Carvalho e seu sócio Ottoni Alves. Seguindo o sentido da seta: armazém Alves e Carvalho, LTDA e a Usina de Beneficiamento de Leite.
- **A seta verde clara:** aponta a altura da rua 27 de janeiro e portanto a casa de D. Chiquita.

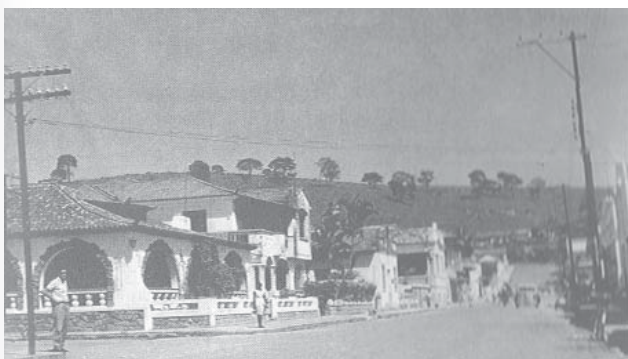


Figura 12 - Casa de Dona Chiquita em 1958
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento:
Casa de Romero de Azevedo Carvalho Filho e Francisca
Alves p. 7



Figura 13 - Casa de Dona Chiquita em 2002, após reforma
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento:
Casa de Romero de Azevedo Carvalho Filho e Francisca
Alves p. 10

A casa foi construída na década de 1930 com um estilo bangalô em alvenaria e telhado de duas águas. Nesse período as paredes externas eram escuras. Em 1945 o escritório Romeo e Romolo de Paoli fez uma reforma na casa, construindo a varanda em forma de “L”. Esta varanda é a parte arquitetonicamente mais rica da casa, com arcos, aduelas, falsos baldrames e balaústres em esfera tipo “bala de canhão”.

A casa tem seu valor arquitetônico (estilo eclético com influências do estilo missões) e o valor histórico de representar o casamento entre duas das mais importantes famílias da cidade: Alves e Carvalho.

O tombamento foi contestado por alguns conselheiros porque se manteve apenas a fachada. O interior foi completamente reformado e o número de cômodos alterado. A parte externa, de acordo com o processo, relativo ao ano de 2007:

Nesta última reforma (2002), o arco da esquerda teve seu balaústre retirado, seu assoalho rebaixado e transformou-se em

garagem para 2 carros. A largura do vão original foi preservada, 3,24 metros, e um novo arco, fechado por grade, foi incorporado na parte lateral interna e liga a garagem à varanda. Na sequência, o segundo vão, fechado por um portão de grades de ferro, dá acesso à varanda, o terceiro vão tem guarda corpo no mesmo padrão do muro. A varanda, em forma de “L” ocupa frente e lateral da casa, sendo que a entrada social fica na varanda da frente e uma entrada lateral dá acesso à cozinha.

A proposta dos técnicos para o Conselho sugeriu o tombamento das duas fachadas, preservando a ornamentada varanda em “L”. O atual proprietário, Eduardo Valadares, foi o único a solicitar impugnação dentro do período previsto. Ele se posicionou contra o tombamento, argumentando que, após sucessivas reformas, quase nada restava como inicialmente havia sido construído.

Vale ressaltar que o atual proprietário se colocou, em uma das conversas com membros do Conselho, como uma pessoa “entendida de patrimônio” que, segundo ele mesmo, já trabalhou muitos anos em Ouro Preto. Esse conhecimento dos trâmites ficou claro na sua agilidade em contestar, dentro das normas e prazos, o processo. Fica a dúvida, contudo, com qual intenção uma pessoa “entendida de patrimônio” causaria tantas descaracterizações em um imóvel de valor artístico, histórico e afetivo. Essas descaracterizações fizeram a casa ser excluída do processo de tombamento pelos conselheiros.

3.4 CASA DE DR. ZEZÉ

RUA COMENDADOR ANTÔNIO ALVES, 116. PRAÇA DR. SENRA.

José de Azevedo de Carvalho, médico, filho de Romero Carvalho, construiu sua casa na Praça Dr. Senra próximo ao seu pai e irmãos. Se casou duas vezes e teve nove filhos, quatro no primeiro e cinco no segundo casamento. Dr. Zezé foi prefeito municipal de 1930 a 1935 e foi o responsável pela construção do Hospital São João Batista, inaugurado em 1936 no segundo mandato de seu cunhado Dr. Christiano Otoni.

A casa passou por três etapas: a primeira, no início do século (foto 1912), era uma casa eclética mais simples. A segunda, na década de 1930, quando a fachada ganha ares art-déco. A terceira, em 1942, quando a casa ganha um segundo andar e se transforma em um sobrado. O motivo teria sido o aumento da família, depois do segundo casamento de Dr. Zezé (viúvo de Lucy Alves de Carvalho).



Figura 14 - Foto da primeira construção (1912)



Figura 15 - Alteração da fachada para art déco (1930)



Figura 16 - Casa como se encontra atualmente (2006)

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de tombamento: Sobrado do Dr. Zezé p. 20 e 21

Atualmente (foto 2006) a casa pertence ao filho de Dr. Zezé – Dr. Fabiano. O interior da casa sofreu algumas reformas, mas mantém a estrutura base da reforma de 1942, quando foi construído o segundo

andar. Ladrilhos coloridos na copa e nos banheiros, escada de madeira torneada e molduras em gesso formando volutas nos armários embutidos são os principais destaques do interior.

A proposta de tombamento inclui fachada e interior e exclui o restante do lote (quintal) no qual há barracão, fogão a lenha e galinheiro.

3.5 CASA DE OTTONI ALVES PRAÇA DR. SENRA, 55.

O terreno foi adquirido no início do século XX pelo proprietário da fábrica Antônio Alves e posteriormente doado ao seu filho Ottoni Alves. O terreno começava no Ribeirão da Mata, seguia por toda extensão direita da Praça Dr. Senra e chegava ao alto do morro da Copasa, incluindo o cemitério e o hospital, terras que foram doadas por Ottoni Alves para estas construções. O Hospital São João Batista foi inaugurado durante a administração de seu filho, o médico e prefeito Dr. Christiano Ottoni.

Nos fundos da casa, próximo ao curral, Ottoni Alves montou uma cooperativa que vendia derivados de leite como manteiga e queijo. A Usina de Leite cujos produtos eram nomeados “Elza” foi mais tarde vendida para seu genro, Romero de Carvalho Filho (casado com sua filha Chiquita), cuja casa também faz parte deste processo. A Usina passou a funcionar em outro edifício da praça, na casa onde hoje é a escola Clita Batista.

Por representar o auge do estilo Missões, acredita-se que a casa tenha sido construída na década de 1940. Como a maioria das casas da praça, o projeto foi realizado pela firma Romeo e Ramolo de Paoli e a construção por Sr. Quinquim.

Na ocasião da transferência do imóvel para Elisa Gonçalves Bahia da Silva, viúva de Ottoni Alves, ele foi assim descrito:

Haverá casa de moradia nesta cidade, de construção moderna, coberta de telhas curvas, com uma garagem, 3 janelas e alpendre na frente, 14 cômodos assoalhados e forrados, com instalação completa de água e luz, ótimo acabamento, e seu respectivo lote que mede mais ou menos 1 hectare, fechado a frente e um lado a muros, o fundo pela cerca da EFCB e outro lado pelo Ribeirão da Mata, confrontando pela frente, com a Praça Dr. Senra, pela esquerda com o Ribeirão da Mata, pela direita, com Dr. Cristiano Ottoni e pelos fundos com a cerca da EFCB (Pedro

Leopoldo, 1º de agosto de 1967 – Livro 3 I,
nº 9216 pg 284.)

Em 1974, sua filha Elisa Alves Carvalho (Zazá) compra a parte dos irmãos (Ottoni teve 12 filhos), junto com seu marido Rui Azevedo Carvalho (filho de Dr. Zezé).

Implantada no alinhamento e com construção em formato “U”, a casa tem um único andar. A fachada possui azulejos que formam pequenos painéis, frontões triangulares, paredes irregulares, colunas salomônicas, detalhes moldados em estuque, grades de ferro ornamentadas, vitrais e aduelas de pedra. Atualmente pertence ao espólio de Elisa Alves.

O tombamento total foi proposto como forma de preservar um belo exemplar arquitetônico e a história da família Alves, a principal responsável pela formação do núcleo urbano de Pedro Leopoldo.



Figura 17 - Casa de Ottoni Alves (2008)

Fonte: Foto da autora



Figura 18 - Detalhe da janela (2008)

Fonte: Foto da autora

4 O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO E O PROCESSO DE TOMBAMENTO DOS CASARÕES DA PRAÇA DR. SENRA³

O tombamento dos casarões da Praça Dr. Senra foi sugerido por Mauro Lobato Martins, representante da cadeira do Planejamento Urbano no Conselho, na reunião do dia 11 de setembro de 2005. Mauro é Chefe de Divisão de Meio Ambiente na Prefeitura e professor de geografia e é irmão do historiador Marcos Lobato, que, como veremos, veio a se envolver no processo mais tarde.

O dossiê para o tombamento dos casarões foi desenvolvido pela historiadora Angélica Breunig Grellmann, técnica da Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal, com o apoio de engenheiro, arquiteta e estagiários da Prefeitura. Angélica levantou o estado de conservação das casas, as características arquitetônicas e a história das famílias que as construíram para que, de posse desse dossiê, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural tivesse subsídios para definir se aqueles casarões teriam relevância histórica, artística ou afetiva que justificasse esse tombamento e, ainda, se eles estavam suficientemente conservados.

Houve a sugestão de se tomar o Café do Compadre (atual Bar do Pelau), mas o mesmo foi contestado por não ter valor arquitetônico, apenas afetivo. Trata-se do local da saída do Boi da Manta, manifestação cultural tradicional da cidade.

Foram sugeridos outros tombamentos como a casa de Luiqui e a casa de Amando Belisário. Angélica concordou que são belas casas e que em Pedro Leopoldo a perda de belos exemplares como a Casa Rústica (que deu lugar a um Ponto Frio cúbico e amarelo ouro) está cada vez mais frequente. No entanto, acredita que não se pode tomar tudo, e enquanto não houver um maior esclarecimento das pessoas quanto ao que significa realmente um tombamento, será difícil até fazer os processos, pois os proprietários não disponibilizam informações.

O dossiê discutido em 2006 e 2007 possui as 5 casas descritas acima, sendo três da família Carvalho (Romero, Caetano e Zezé), uma da família Alves (Otoni) e uma das duas famílias (D. Chiquita – Francisca Alves Carvalho), que foi excluída em 2007 por conta das modificações que seu atual proprietário realizou.

O dossiê de tombamento foi sendo desenvolvido aos poucos pelos técnicos e discutido nas reuniões do

³ As informações citadas por reunião foram todas retiradas do livro de atas do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Pedro Leopoldo fotocopiado em novembro de 2007.

Conselho. Vanessa, representante da Associação dos Engenheiros, colocou-se a favor do tombamento nas reuniões, pois, segundo a arquiteta, as casas têm um valor artístico e deveriam ser preservadas. Ela defendeu pelo menos um tombamento de fachadas, mas deixou claro que o ideal seria realizar um tombamento total, uma vez que “as casas em U são de uma concepção e beleza incrível, e são os últimos exemplares desta época e deste estilo na cidade”.

Na reunião de 25/10/2006 foi discutida a possível participação dos proprietários na reunião seguinte. Eliana, representante do Planejamento Urbano, foi contra, pois acredita que a decisão cabe exclusivamente ao Conselho. Angélica acha interessante ouvir o que eles pensam e não dar a eles poder de voto. Cláudia, presidente do Conselho, disse que prefere não entrar em detalhes com os proprietários porque já havia sofrido uma ameaça.

Na reunião do dia 13/12/2006 voltou-se à sugestão de realizar uma reunião com a participação dos proprietários, e Vanessa sugeriu que a reunião fosse feita separadamente com cada um, pois seria mais tranquilo e os casos são bem diferentes. Eliana ressaltou que a reunião deve ocorrer somente para ouvi-los e esclarecer suas dúvidas, mas nenhuma decisão deverá ser tomada. Angélica achou a ideia de Vanessa muito boa, mas informou que infelizmente o prefeito já havia convocado uma reunião com todos os proprietários. Vanessa lamentou essa decisão, pois três proprietários já haviam se manifestado contra os tombamentos, e uma reunião com todos juntos faria com que ganhassem força.

Durante a decisão desse processo o Conselho do Patrimônio, criado em 29 de Abril de 1999, estava composto de 7 membros. A saber:

- O presidente – Chefe da Divisão de Cultura (Cláudia Sales Machado, cargo de confiança do prefeito).
- 1 Representante da Secretaria de Planejamento Urbano (Eng. Eliana Viana Assis).
- 1 Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura (João Luiz Issa – comerciante).
- 1 Representante da Associação dos Engenheiros de Pedro Leopoldo – ASEP (Arq. Vanessa Lacerda Toledo).
- 1 Representante da Associação Comercial de Pedro Leopoldo (Sr. Augusto dos Anjos Nascimento).

- 1 Representante do Arquivo Público Municipal Geraldo Leão (Sr. Geraldo Leão – arquivista).
- 1 Representante da Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – Faculdades Pedro Leopoldo (Prof. Rafael Machado).
- 1 Representante da Câmara Municipal (Vereador Roberto Perdigão).

Além dos conselheiros, participam das reuniões o responsável técnico (a historiadora Angélica Grellmann Breunig), e o secretário responsável pelas atas (o estagiário da Divisão de Cultura Frederico Levi Amorim). Ambos sem direito a voto. No dia da reunião decisiva do processo, Frederico não pôde estar presente e foi solicitada (como responsável pelas atas do Plano Diretor na época) a redigir a ata da reunião que finalizou esse processo.

No gabinete do prefeito, no dia 13 de março de 2007, aconteceu a reunião para esclarecimento dos proprietários. A despeito da sugestão de alguns membros, cumpriu-se o desejo do prefeito e a reunião foi realizada com todos os proprietários insatisfeitos ao mesmo tempo.

Ronaldo, atual proprietário da Casa de Romero, começou a reunião argumentando que Pedro Leopoldo não é uma cidade histórica e que tombamentos, neste caso, não se justificam. Percebe-se na primeira frase da ata que o ultrapassado binômio cidade histórica (vista como sinônimo de colonial no Brasil) x cidade “não-histórica” (como se fosse possível uma cidade sem história) ainda marcava presença nesse meio. O Prefeito concordou com o proprietário e acrescentou que o único imóvel histórico de Pedro Leopoldo era a Fábrica de Tecidos, e que a mesma já havia sido tombada.

O prefeito municipal, Marcelo Gonçalves, fez um discurso aos presentes dizendo que, provavelmente por ter tido uma infância pobre, ele cresceu acreditando que o importante para um povo é saúde e empregos, e que “esse negócio de patrimônio” é para as cidades antigas como Ouro Preto e Mariana, que ganham dinheiro com o turismo. É paradoxal, contudo, que o prefeito atribua essa forma de pensamento à sua educação (na “infância pobre”), já que seu irmão, que o antecedeu em 2 mandatos como prefeito municipal, tombou todo o conjunto da Estação Ferroviária como patrimônio histórico municipal.

José Otávio, outro herdeiro do espólio da casa de Romero, corroborou com a posição de Ronaldo e do prefeito Marcelo explicando que Pedro Leopoldo se encontra em uma fase de grande desenvolvimento, e,

como dono de uma imobiliária, conhece bem os valores de cada local do município. Com base nisso, José Otávio afirmou que o tombamento seria um prejuízo econômico para os proprietários que poderiam aferir maiores lucros com a verticalização.

João Luiz, representante do Desenvolvimento Econômico no Conselho, argumentou que com a aprovação recente do Plano Diretor os proprietários de imóveis tombados teriam direito exclusivo à transferência do direito de construir. O argumento teria sido decisivo se não fosse abalado pela falta de credibilidade do Plano Diretor. O proprietário Eduardo Valadares questionou as fragilidades destas novas leis municipais, uma vez que há poucas semanas havia sido aberta exceção, por ordem do Executivo Municipal, que permitiu a construção da loja Ponto Frio com afastamento menor que o obrigatório. Frente à acusação de alterar a lei a seu bel prazer, o prefeito argumentou que a loja trouxe empregos e oportunidade de consumo a custos populares para a cidade.

A historiadora responsável pelos levantamentos do dossiê, Angélica Breunig, justificou o tombamento das casas Dr. Senra como uma continuidade do tombamento da Fábrica de Tecidos, das Casas do Quadro e do Complexo da Estação. Explicou aos proprietários que todos juntos retomam a história da fundação da cidade no final do século XIX e início do XX.

Ronaldo argumentou que a Praça foi refeita em 1966, de modo que não teria mais importância histórica. Manoela, também herdeira de Dr. Tunico (casa de Romero), argumentou que justificativas estéticas são muito subjetivas. Para ilustrar, admitiu que ela própria considera a praça e as casas feias. Outro neto de Romero Carvalho presente na reunião concordou. Ele acredita que, segundo suas próprias palavras, “os herdeiros não devem pagar pela importância histórica de seus antecessores”. Sugeriu que a prefeitura desapropriasse os imóveis, caso quisesse realmente tombá-los.

Renato, um dos proprietários da Casa de Caetano, questionou a legitimidade do Conselho de Patrimônio, considerando que o representante da Faculdade, Professor Rafael, é de Belo Horizonte e a responsável técnica, Angélica, é do Rio Grande do Sul. Sara Helena, Secretária de Educação, esclareceu que eles são técnicos, e que como tal estudaram e conhecem Pedro Leopoldo melhor do que qualquer um dos presentes.

A posição defensiva da família de Romero Carvalho deixa transparecer o modelo esquizofrênico que o embate entre capitalismo e as teorias de preservação construíram: de um lado, os técnicos externos, de outras cidades e mesmo estados, tentando

preservar um valor histórico e mnemônico ligado às famílias que fundaram o lugar; e, do outro, os herdeiros diretos desses fundadores que, ao contrário de orgulho ou valorização afetiva, se vêem prejudicados e mesmo “amaldiçoados” pelo peso histórico e artístico de sua herança.

Diante das reclamações e mesmo acusações dos proprietários, Cláudia, presidente do Conselho, se esquivou, explicando que, ao contrário do que o prefeito disse ao abrir a reunião, não foi ela quem indicou os tombamentos.

Após várias demonstrações de descontentamento com o tombamento por parte dos proprietários, o tempo de reunião se encerrou, mas Ronaldo pediu a palavra para um comentário final: “prédios são muito mais interessantes para a cidade que imóveis tombados, pois geram mais renda e empregos”, afirmou o herdeiro da principal casa do processo.

No dia 20 de março o Conselho se reuniu novamente. Angélica sugeriu, uma vez que os proprietários se mostram radicalmente contra o tombamento por motivos estritamente econômicos (tendo o problema agravado pelo grande número de herdeiros) e o próprio prefeito considera as políticas de preservação supérfluas, a compra da Casa de Romero para transformá-la na nova sede da Câmara Municipal. Seria uma tentativa de manter pelo menos a casa principal desse processo – a mais antiga e do primeiro prefeito da cidade. Roberto Perdigão, representante da Câmara, achou uma excelente ideia, mas não quis apresentá-la para a Câmara, sugerindo que o Conselho a apresentasse para o Prefeito.

A reunião foi então transferida para o gabinete do Prefeito e Angélica apresentou esta proposta. O prefeito, no entanto, argumentou que a Câmara não terá capital para tanto. Explicou que a Prefeitura teria interesse no espaço para a implantação do “Centro da Mulher”, mas que não havia verbas no momento.

Angélica explicou que o Conselho, em pré-votação, estava tendendo ao tombamento total. Dr. Marcelo propôs, no máximo, o tombamento das fachadas. Argumentou, inclusive, que seria desnecessário o tombamento, uma vez que, conversando com proprietários, percebeu que não há interesse de nenhum deles em demolir as propriedades. João Luiz alertou que, no caso de demolições, o desgaste político seria maior para o prefeito do que assumir os tombamentos.

Angélica propôs a votação a favor ou contra o tombamento da Casa de Romero, e, posteriormente, caso o tombamento fosse aprovado, seria feita outra votação pelo tombamento total ou de fachada.

- Roberto Perdigão, representante da Câmara – Contra
- Cláudia Sales, presidente do Conselho – Contra
- Vanessa Lacerda, representante da ASEP – A favor
- Augusto dos Anjos, representante da Associação Comercial – Contra
- Eliana, representante do Planejamento Urbano PMPL – A favor
- João Luiz Issa – representante do Desenvolvimento Econômico PMPL – A favor

Apurado o empate, o voto de minerva foi dado à Presidente do Conselho, que manteve seu voto inicial e encerrou o processo com o não tombamento do Casarão de Romero Carvalho.

Angélica propôs dar prosseguimento à votação com os demais imóveis em processo; Vanessa argumentou, no entanto, que a opinião dos membros não variaria de um imóvel para o outro, e quem foi contra o principal deles não seria a favor dos outros. Sugeriu que se encerrasse a reunião ali. Na opinião da arquiteta, até o Conselho poderia se encerrar ali, pois tinha perdido o sentido de existir, uma vez que o prefeito havia pedido que o Conselho se afastasse das questões de tombamento por um tempo. Angélica concordou, pois se o Conselho do Patrimônio não podia proteger o patrimônio, qual seria seu papel? Em vão, Sara Helena, Secretária de Educação, tentou convencer os presentes de que o Conselho tinha sim outras funções.

Uma semana depois, no dia 28 de março de 2007, a reunião marcada para discutir o registro do Boi da Manta não teve quorum. Desde então, o Conselho teve cada vez menos quorum, conforme previu Vanessa Lacerda.

Depois da decisão do Conselho, o Professor Marcos Lobato Martins (irmão de Mauro, primeiro a propor o tombamento dos casarões) entrou com uma ação na Promotoria de Justiça, e a promotora pediu cópia de toda a documentação dos processos de tombamento. A Promotora previu punições para a Prefeitura, caso a mesma liberasse permissão para demolição das casas aludidas enquanto não houvesse resultado da ação pública. No blog do professor encontramos o desabafo:

A ação popular está tramitando no foro de Pedro Leopoldo. Apenas uma família de proprietários apresentou contestação. Como todos sabem, processos desse tipo não são resolvidos rapidamente. Terei pela frente,

certamente, alguns incômodos compromissos para cumprir em repartições do Judiciário. Mas esse é o preço que tenho que pagar pela defesa do patrimônio de minha cidade natal. (MARTINS, 2008)

Na reunião de 30 de maio de 2007, Angélica informou que a ação pública contra a decisão do tombamento havia sido aberta. João Luiz achou contraditório um professor da Faculdade entrar com uma ação pública contra a decisão que o Conselho tomou na ausência injustificada do representante deles, que poderia ter mudado o resultado se estivesse presente. Angélica explicou que o professor não entrou com a ação em nome da Faculdade, mas com uma ação pública para a qual recolheu muitas assinaturas com a população.

Cláudia lamentou que seu voto tenha rendido retaliações em jornais e rádios, pois, segundo a presidente, “o direito do cidadão é maior que o Conselho”. Como a liberdade de expressão também é direito do cidadão, vale a pena reproduzir um pedaço da irreverente “retaliação” publicada por Marcos Lobato no jornal Folha de Pedro Leopoldo em 30 de março de 2007:

Os leitores podem não acreditar, mas eu recebi mensagens de ilustres mortos franceses sobre a decisão controversa do Conselho Municipal de Cultura. [...] Comentário de Jean Jacques Rousseau (1712–1778): Meu caro Marcos, não fique surpreso com a decisão [...], pobre cidade a sua [...], vocês apeçaram-se tanto ao racionalismo progressista que perderam a capacidade de ver os valores de fato importantes. Anseiam como crianças o progresso, as novidades da técnica e da ciência, admirando com basbaques a organização social capitalista. [...] Comentário de Madame Bouvary: Aqui na província eu ando muito entediada [...]. Por isso fiquei tão satisfeita com a senhora que votou o voto de minerva aí em Pedro Leopoldo. Ela soube quebrar o tédio que a invade autorizando o bota-fora dessas velharias provincianas. [...] Afinal, como podemos viver na Província senão fazendo dela pelo menos uma imitação dos bairros nobres de Paris? Por sinal, em Paris a última moda é o urbanismo do Barão de Hausmann. Gostei muito dessa senhora. Penso em ter com ela para tomarmos um chá na Divisão de Cultura da Prefeitura. Então direi a ela, pessoalmente, que somos almas gêmeas.

5 ANÁLISE DOS VALORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE TOMBAMENTO

A valoração de um bem depende da cultura e do contexto em que está inserido. A pluralidade de valores sempre existiu, mas não sobressaía ao valor dominante dos órgãos patrimoniais que institucionalizavam um padrão de análise de valor.

A questão da atribuição do valor – que hoje nos aparece em toda sua complexidade – não parecia ser, no entanto, até há algumas décadas, uma questão controversa, nem digna de maior investigação: [...] a conservação constituiu durante muito tempo um campo relativamente fechado, sendo a atribuição de valor feita, via de regra, por experts que decidiam o que era (ou não era) patrimônio. [...] Nesse momento, a questão do patrimônio parecia de fato, adstrita a um pequeno grupo técnico, que compartilhava, a grosso modo, um mesmo universo conceitual e os mesmos valores, o que tornava supérflua qualquer discussão mais aprofundada nessa direção. [...] Esse quadro vai mudar substancialmente no final do século XX, com a introdução de novos agentes no campo do patrimônio e com a crescente ênfase que se dá aos aspectos intangíveis dos bens culturais, fatores que também tornam cada vez mais necessário se explicar a operação de atribuição de valores sempre subjacentes no campo do patrimônio. (CASTRIOTA, 2009 p.100)

Desde o início do século XX, Riegl já havia identificado os valores como não inerentes aos objetos, mas sim atribuições pessoais. Ruskin, um dos primeiros teóricos do restauro, por exemplo, considerava o saber-fazer mais importante que o objeto em si, e a interferência no mesmo, uma forma de depredação, enquanto Viollet-Le-Duc considerava a completude do estilo a alma do objeto, restituindo-o mesmo quando o estilo não existisse inicialmente (CHOAY, 2001). Eram atitudes diversas em relação ao patrimônio permeadas por valores distintos.

Atualmente a decisão em relação à preservação ou destruição/abandono de um bem se torna mais complexa à medida que diversos atores passam a exigir voz no processo decisivo. Ele ainda cabe, no caso do Brasil, aos órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) de patrimônio, mas a posição dos stakeholders é cada vez mais decisiva. O próprio termo “stakeholder”, recentemente emprestado da

administração, principalmente do planejamento estratégico, demonstra como a proteção de um patrimônio é um processo de “gestão de interesses”.

Confrontando a posição dos atores envolvidos no processo de tombamento dos casarões com a matriz de valores de Riegl, podemos afirmar que os proponentes do processo e os técnicos envolvidos prezam pelos valores mnemônicos do bem: o valor de ancianidade, que permite às pessoas conviverem com bens que nos lembram, por seu aspecto, de outros tempos; o valor histórico, que reforça a identidade nos lembrando de onde viemos; e o valor de monumentalidade, que é a imponência que diferencia o objeto dos demais, mostrando desde sua criação que foi feito para mostrar e, posteriormente lembrar, a importância de quem o fez naquele contexto. Esses atores levaram em consideração, ainda, alguns valores contemporâneos: o valor instrumental ou prático, que seria, sobretudo, o valor de uso dos edifícios para fins comerciais ou de moradia; e o valor artístico relativo das obras, enquanto exemplares arquitetônicos do estilo missões, tão rico em detalhamento e ornamentação.

Percebe-se que os principais argumentos utilizados por alguns proprietários e membros do Conselho contrários ao tombamento consideram o direito à propriedade como pleno. Tal atitude demonstra que a função social da propriedade (adquirida com a constituição de 1988) ainda é ignorada (propositalmente?) por grande parte da população que acredita que sua propriedade deve servir apenas e plenamente aos seus interesses, desconsiderando o direito de todos a uma cidade que cultive beleza e identidade própria. Esses direitos, inclusive, são a evolução dos direitos individuais (como liberdade e propriedade, nos quais muitos indivíduos ainda estão estagnados) e dos direitos sociais (educação, saúde, etc) para os direitos difusos, que incluem o direito à memória e o direito à cidade. É por esses direitos e pela função social da propriedade privada que uma política de patrimônio deveria sempre primar.

Neste processo, na pequena Pedro Leopoldo, o Executivo Municipal apresentou como valor predominante nenhum daqueles classificados como mnemônicos/de passado, nem contemporâneos/de presente, mas valor de futuro, calculado no número de votos dos proprietários contrários ao tombamento. A Presidente do Conselho teve como valor principal em seu processo de decisão o salário de gerente da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo. Recebeu retaliações e críticas de todas as partes, mas manteve-se fiel aos direcionamentos que vieram do gabinete.

Quanto aos proprietários, infelizmente não é necessária uma análise axiológica complexa para se concluir que o valor predominante no processo de tombamento das casas da Praça Dr. Senra foi puramente o econômico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade tem o direito de progredir. Eu tenho o direito de não gostar daquele tipo de progresso. Tenho o direito de ficar decepcionado se não encontro lá, aquilo que eu antes encontrava.
(MELO NETO, 1980, p.110)

Alguns imóveis, mesmo tombados, não permanecem, enquanto alguns bens imateriais, teoricamente mais frágeis, ainda que não tombados, resistem às mudanças. A apropriação ainda aparece como a única saída para a preservação. Segundo Castriota (2003, p.186) “o poder de rememoração não é algo natural, mas sim uma conquista, uma invenção difícil, por meio da qual os homens aprendem a se apropriar progressivamente de seu passado individual e coletivo”.

Um exemplo em Pedro Leopoldo é a Igrejinha dos Bexiguentos. No início do século XIX foram enterrados no local três moças e um rapaz vivos, pois tinham varíola, conhecida como mal de bexiga, que na época era incurável e se acreditava transmissível. Pelo sofrimento que passaram, foram santificados pelo povo, que peregrinava até o seu túmulo para orar e pedir graças. Em 1989, a então primeira dama municipal, Dona Marieta Sales, fez uma promessa para as almas dos bexiguentos. Tendo alcançado a graça, construiu uma capela que até os dias de hoje é frequentada pelos católicos e chamada de “Igrejinha dos Bexiguentos”. A despeito da alteração feita no nome da capela, no início de 2007 pelo Padre João (pároco local), para “Igreja de Santo Expedito”, e insistentes pedidos do mesmo para que os fiéis não façam pedidos e promessas a estas pobres almas (uma vez que não se tratam de santos reconhecidos pela Igreja), o nome permanece sendo usado como o povo batizou e consagrou: Bexiguentos, e as peregrinações, rezas e pagamentos de promessa continuam acontecendo o ano todo.

Mas nem todos os bens conseguem, com o apelo emocional e sua apropriação, a preservação. Foi o caso da casa de uma das filhas de Romero Carvalho, Helfa, casada com Christiano Ottoni, recentemente demolida para construção de um edifício residencial. O último proprietário (herdeiro da família Ottoni) se intitula

historiador amador (e já escreveu sobre a história de Pedro Leopoldo) e demoliu a casa sorrateiramente durante a noite. O casarão mais bonito do conjunto (inclusive por dentro) foi perdido para dar lugar a um edifício irritantemente padrão.



Figura 19 - Casa de Christiano Ottoni (1940).

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Romero de Carvalho p.19

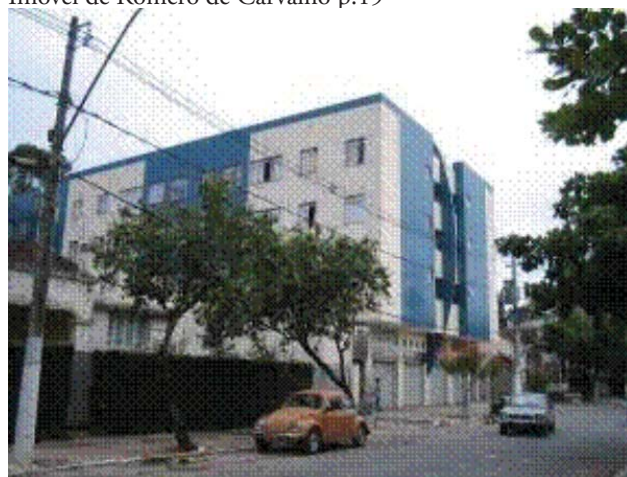


Figura 20 - Edifício Dona Glória Belisário (2006).

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Romero de Carvalho p.19

O mesmo ocorreu com a residência de outra filha de Romero Carvalho, Ilda (entre as casas do pai e do irmão, Dr. Zezé), demolida recentemente para dar lugar a uma farmácia com construção contemporânea. Apesar da casa de Ilda não haver sido um exemplar arquitetônico excepcional, lamenta-se pela história, pela memória da fundação que se perde.

Pedro Leopoldo se torna a cada dia uma cidade mais poluída visualmente e construída com mau gosto. A Comendador Antônio Alves e imediações, até aproximadamente 15 anos atrás, possuía diversos exemplares ecléticos (em 2006 os poucos remanescentes

ainda chamaram a atenção dos técnicos da Fundação João Pinheiro que fizeram levantamentos para o Plano Diretor). Hoje eles são poucos, na sua maioria mal cuidados e ofuscados por outdoors e letreiros exagerados.

Pedro Leopoldo perde qualidade de vida e avança para um futuro sem memória, para um lugar sem identidade. Enquanto isso, as autoridades se vangloriam do “desenvolvimento” que se alastra pela região.

REFERÊNCIAS

- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009.
- _____. *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Arte, 2003.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Ed. UNESP, 2001.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Livro de Atas*. Pedro Leopoldo, 2006.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Eunice Carvalho Valadares*, situado à Rua Com. Antônio Alves, 196 – Centro. Pedro Leopoldo, 2007.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Caetano de Azevedo Carvalho*, situado à Rua Comendador Antônio Alves, 186 – Centro. Pedro Leopoldo, 2007.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Cléa Almeida de Carvalho* (espólio), situado à Rua Com. Antônio Alves, 146 – Centro. Pedro Leopoldo, 2006.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Dr. José de Azevedo Carvalho* (espólio), situado à Rua Com. Antônio Alves, 116 – Centro. Pedro Leopoldo, 2007.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Elisa Alves de Carvalho* (espólio), situado à Praça Dr. Senra, 55 – Centro. Pedro Leopoldo, 2007.
- FERREIRA, Elysio Alves Gonçalves. *A verdadeira história da origem de Pedro Leopoldo*. Pedro Leopoldo, 1999.
- FUNARI, P.P.A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, v. 41, n.1/2, p.23–32, 2001
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Canal do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 2 mar. 2011.
- MARTINS, Marcos Lobato. *Pedro Leopoldo: memória histórica*. 2. ed. Pedro Leopoldo: Tavares, 2005.
- _____. Política da amnésia. *Jornal Folha de Pedro Leopoldo*, 30 mar. 2007.
- _____. *As dificuldades dos Conselhos Municipais do Patrimônio Cultural*. Texto online. Disponível em: <http://www.minasdehistoria.blog.br/2008/07/as-dificuldades-dos-conselhos-municipais-do-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 2 mar. 2011.
- MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madri: Visor, 1999. (Der Moderne Denkmalkultur, Viena, 1903).
- RUSKIN, John. *Le sette Lampade dell' Architettura*. Milão: Jaca Book, 1981.

Enviado em 11/03/2011

Recebido em 12/03/2011

Aprovado, em sa versão final, em 18/04/2011.

Artigo avaliado anonimamente por pares